



NEOLIBERALISMO

Educação financeira, imperialismo e financeirização

Lauro Allan Almeida Duvoisin¹

Resumo // Este artigo trata sobre o lugar da educação financeira dentro da cadeia imperialista e no contexto de uma economia mundial financeirizada. A educação financeira cumpre o papel ideológico de disseminar valores, crenças, símbolos e códigos de conduta que contribuem para o reforço do consentimento dos povos do sul global. Ela foi formalizada como política educacional no início dos anos 2000 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) abordando temas como o uso do dinheiro, poupança, endividamento, empreendedorismo e confiança nas instituições. A partir da OCDE a educação financeira foi disseminada em outras regiões do mundo. No Brasil, ela tomou forma como política de Estado em 2007 através da elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com uma forte incidência das instituições financeiras na elaboração desta política.

Palavras- chave // Educação financeira; financeirização; imperialismo

1 é coordenador geral do Instituto Front; doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e licenciado em História pela UFRGS.

Introdução

O imperialismo é um fenômeno complexo e multifacetado. Apesar disso, esta etapa do capitalismo nos remete a uma situação de desigualdade estrutural que se reproduz na história, sendo as relações centro-periferia uma das suas características essenciais. Ao mesmo tempo, num nível mais concreto da realidade, o imperialismo produz diferentes combinações desta estrutura em formas de desenvolvimento particulares - regionais e nacionais - que são igualmente importantes para explicar a sua capilaridade bem como as dificuldades que encontramos para romper suas cadeias (AMIN, 1976).

Daí surge a dificuldade de apreender o imperialismo como processo totalizador. Afinal, podemos pensá-lo a partir de diferentes níveis de abstração, partindo do movimento mais geral do capital em escala global, passando pelas relações de propriedade e de troca, pela hierarquia político-militar de estados, e chegando, por fim, aos fenômenos concretos através dos quais cada um destes fatores se expressam conjuntamente. Além disso, podemos analisá-lo do ponto de vista da variedade de formas como ele afeta o cotidiano de bilhões de pessoas ao redor do planeta, especialmente nos países do sul global. Em outras palavras, de seu impacto civilizacional cujos tentáculos determinam atos tão simples, quanto comer, vestir, morar, falar, aprender, deslocar-se, relacionar-se, etc. Devemos estar atentos para o fato de que o imperialismo atua também através da disseminação de valores, crenças, símbolos e códigos de conduta que levam os povos dominados a aceitarem explícita ou implicitamente, ou pelo menos a não se oporem abertamente à dominação vigente. Esta é a dimensão da hegemonia, no sentido atribuído por Gramsci (GRUPPI, 1978), que caracteriza o imperialismo.

Este artigo trata sobre a relação entre a difusão da educação financeira e os laços imperialistas no Brasil. Buscaremos demonstrar que a formalização da educação financeira é um movimento através do qual o centro imperialista global dissemina determinados valores, crenças e códigos de conduta que visa moldar expectativas e comportamentos da população dos países do sul global a fim de manter uma “dominação em espectro completo” (CECENÑA, 2016). Em outras palavras, trata-se de uma análise do aspecto ideológico do imperialismo, na qual a educação, enquanto atividade múltipla de formação técnica, subjetiva e afetiva, é um espaço privilegiado para esta operação.

Imperialismo e financeirização

Devemos considerar as mudanças e continuidades pelas quais o imperialismo passou desde o seu surgimento. Em sua obra sobre o imperialismo escrita na década de 1910 (LENIN, 2010), Lenin localiza a transição do capitalismo concorrencial para a etapa imperialista no último quarto do século XIX, especialmente a partir da crise dos anos 1870. Contudo, é importante considerar que neste mais de um século de vigência o imperialismo desenvolveu-se, modificou-se e desdobrou novas determinações. Uma delas, que tem sido bastante explorada nos últimos anos, é a financeirização. Neste artigo é relevante considerar a intersecção entre o imperialismo como uma realidade de grau mais elevado de abstração e a financeirização enquanto fenômeno histórico concreto.

Atualmente há diferentes enfoques sobre o tema da financeirização. A sua gestação está associada à prosperidade econômica do pós-guerra, período que viu o surgimento de novos polos de acumulação, com destaque para Alemanha, Japão, e América Latina, regiões que tiveram importantes surtos de desenvolvimento neste período. Ao mesmo tempo, os fluxos financeiros de petrodólares acumulados no oriente médio migraram para a praça de Londres, criando uma bolha especulativa em torno do dólar (VAROUFAKIS, 2016). A crise dos anos 1970, o rompimento unilateral do acordo de Bretton Woods por parte dos Estados Unidos e a consequente mudança na sua política econômica de certa forma mudaram a correlação de forças a favor do centro imperialista estadunidense. A disseminação do neoliberalismo pelo mundo, como ideologia e como prática, ajudou a consolidar esta nova situação (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

A partir daí, viu-se um crescente deslocamento da riqueza capitalista para a esfera financeira. Enquanto a participação da produção material caía em diversos países industrializados, aumentava a riqueza circulante através da multiplicação de modalidades de papéis comercializáveis (ações, seguros, títulos da dívida pública, debêntures e mais recentemente títulos *subprime* e criptomoedas). Este deslocamento aparentemente desproporcional deu origem a importantes debates na ciência econômica. No campo marxista, apesar de haver diferentes leituras sobre este processo, há um entendimento comum de que a financeirização é uma forma desdobrada do capital e, portanto, não supera as determinações do valor e suas leis tendenciais. Assim, embora se admita uma autonomização relativa da riqueza na esfera financeira, seja ela definida teoricamente em termos de capital financeiro (CHESNAIS, 2002) ou de capital fictício (CARCANHOLO; SABADINI,

2009), esta é capaz de subsistir na medida em que apropria-se do valor gerado pelo trabalho no âmbito da produção de mercadorias.

Ademais, do ponto de vista do imperialismo, vale observar que a financeirização não só reproduziu como também exacerbou a condição de desigualdade posta pela relação centro-periferia na esfera econômica. Neste sentido, deve-se considerar que nos dias atuais os mecanismos de expropriação financeira (LAPAVITSAS, 2009) penaliza com mais profundidade os países periféricos do que as regiões centrais da economia mundial.

Educação financeira como ideologia

Educação financeira é um termo que tem sido bastante disseminado no Brasil na última década. Mas o que vem a ser exatamente? Este termo se presta a diferentes compreensões e graus de precisão. Na literatura acadêmica, educação financeira aparece ao lado de alfabetização financeira e literacia financeira (SOARES, 2017, p.38). Em primeiro lugar, podemos referir-nos à educação financeira como um conjunto de conhecimentos e princípios difusos e imprecisos, de caráter científico duvidoso, ligado ao mundo dos negócios. Este campo foi se conformando através de livros, revistas, *sites* e vídeos na internet onde supostos empresários de sucesso ensinam ao público leigo métodos para se tornarem empreendedores bem-sucedidos. Quem nunca ouviu falar do livro *O monge e o executivo* ou do *Pai rico pai pobre*? Este tipo de obra pode ser classificado como “autoajuda financeira” (BRITTO, 2012, p.71). Entendida neste sentido, educação financeira é um agregado do senso comum que fica na fronteira entre administração, contabilidade e teologia da prosperidade, e que se fortaleceu nos últimos anos com a onda *coaching*.

Mas para além desta designação imprecisa, a educação financeira é também uma área da educação que se pretende interdisciplinar e que vem ganhando projeção internacional e sendo crescentemente formalizada. Em tese ela se dedicaria a esclarecer as pessoas sobre o funcionamento do universo das finanças, educando-as para planejar racionalmente seus gastos, aprender a lidar com o dinheiro, cultivar espírito empreendedor e práticas de consumo responsável.

Do ponto de vista ideológico, a educação financeira tem duas funções principais. A primeira é mais abrangente e visa naturalizar a centralidade das finanças na vida econômica da sociedade. Daí sua conexão íntima com o fenômeno da

financeirização. Isto significa forjar uma consciência passiva a respeito dos efeitos nefastos da drenagem de seus recursos naturais e produtivos dos países subdesenvolvidos em direção às economias centrais e a respeito das periódicas crises financeiras que assolam o sul global. A segunda função ideológica que a educação financeira cumpre é induzir uma determinada ética e padrão de conduta condizente com a lógica financeira à vida individual e familiar. Neste sentido, a própria multiplicidade do termo é ideologicamente funcional, pois permite um diálogo entre um universo do ensino formal, supostamente científico, desenvolvido nas escolas, e o universo do conhecimento vulgar, que cada vez mais se dá nas redes sociais.

Do centro para as periferias

Explicitamente, foi a preocupação com a incapacidade da população em compreender e manejar os novos instrumentos financeiros, de complexidade crescente, que motivou o surgimento de uma política positiva de educação voltada para as finanças. Implicitamente, no entanto, este processo pode ser entendido como um movimento de disseminação de um conjunto de valores, comportamentos e normas condizentes com as necessidades do capitalismo financeirizado. Trata-se de educar os trabalhadores para adequar-se a uma nova fase do capitalismo.

A formalização da educação financeira como área de interseção entre o mundo das finanças e a educação formal é recente. Nos Estados Unidos, centro imperialista mundial, desde os anos 1950 já havia um movimento para incluir disciplinas de economia no currículo das escolas secundárias (SOARES, 2017, p.84). O Reino Unido também tem uma longa tradição nesta área. Porém foi nos anos 2000 que a educação financeira tomou de fato proporções internacionais e adquiriu maior grau de formalização.

Destaca-se neste processo a criação do *Financial Education Project* no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2003, “com o objetivo de analisar a efetividade das iniciativas existentes nos países, desenvolver técnicas que permitam a comparação dos programas, de modo a prover um conjunto de recomendações de melhores práticas para a sua implantação” (SMITH apud SAVOIA, SATO, SANTANA, 2007, p.1128).

Há uma forte correlação entre a crise de 2007-2008 e o impulsionamento internacional da educação financeira por parte dos centros do imperialismo global. Saraiva destaca que os documentos da OCDE mostram

preocupação de conduzir as condutas dos indivíduos, de modo a torná-los prudentes no trato com o dinheiro e capazes de assumir a responsabilidade de gerir suas finanças com autonomia, mesmo nas situações mais adversas. Essas habilidades, segundo a OCDE, repercutiriam tanto em seu bem-estar quanto no bom funcionamento dos mercados. (SARAIVA, 2017, p.159)

Este movimento veio acompanhado por um esforço de diagnóstico sobre a relação que os cidadãos comuns têm com o mundo das finanças, perpassando temas como uso do dinheiro, poupança, endividamento, empreendedorismo e confiança nas instituições. Com este intuito, diversas pesquisas foram realizadas por associações voltadas para educação financeira. Ainda em 2008 a OCDE criou a Rede Internacional de Educação Financeira, buscando articular as iniciativas nacionais (SARAIVA, 2017, p.158). Como parte da comunidade internacional, em 2009 o Brasil sediou a reunião desta rede, ocasião em que foi criado o Subgrupo de Especialistas em Estratégias Nacionais de Educação Financeira (MOREIRA, 2018, p.119). Em 2012, foi implementado o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) para avaliar o grau de conhecimento que estudantes de 12 a 15 anos têm sobre o tema (COSTA, 2019, p.73). No ano seguinte, a OCDE publicou um relatório diagnosticando a educação financeira na América Latina e no Caribe (MOREIRA, 2018, p.70) revelando o interesse dos países centrais pela situação dos países do sul global. Em 2015, pelo menos 59 países já tinham formulado sua estratégia nacional de educação financeira.

Além do movimento que vai do centro para as periferias, outra característica da educação financeira é o forte envolvimento das instituições financeiras públicas e privadas na formulação de suas diretrizes e em sua divulgação. Em contrapartida, nota-se um papel secundário das instituições formuladoras de políticas educacionais na produção de conteúdo e diretrizes para a área. No caso dos Estados Unidos, o principal órgão a fomentar as iniciativas nacionais é a Secretaria do Tesouro. A partir dela formou-se a Comissão Federal de Letramento e Educação Financeira. Na França, foi o Ministério da Educação, com o apoio da Autoridade de Mercados Financeiros, do Banco da França e da Federação Bancária Francesa

quem criou o Instituto para a Educação Financeira Pública. (SARAIWA, 2017, p.165)

Outra recorrência importante é que o fortalecimento da educação financeira parece ter ocorrido em países que passaram por mudanças no sistema previdenciário (SAVOIA, SATO, SANTANA, 2007, p.1128). Isto pode indicar não apenas uma legítima preocupação com a renda futura dos trabalhadores, que terão que encontrar por si mesmos formas de poupar e sobreviver devido à destruição do sistema público de previdência, mas também e especialmente uma atenção dos grupos de investidores ao surgimento de um relevante nicho de mercado de previdência privada.

Um dos instrumentos de incentivo à educação financeira comum em diversos países é a elaboração de *sites* oficiais. Nos Estados Unidos intitula-se *My money* (Meu dinheiro), e na França chama-se *La finance pour tous* (Finanças para todos) (SARAIWA, 2017, p.165). Como os referidos nomes indicam, há uma permanente tentativa de articular o tema com as necessidades individuais, criando um certo sentimento de pertencimento do público em geral com o assunto.

Educação financeira no Brasil

Com as reformas neoliberais aplicadas pelos governos Collor (1990 - 1992) e Cardoso (1995 - 2003) o Brasil entrou na segunda etapa da financeirização convertendo-se em uma “plataforma internacional de valorização financeira e produtor de bens primários” (PAULANI, 2013, p.245). Neste cenário de mudanças estruturais, os dois mandatos do governo Lula (2003 - 2011), longe de reverterem a financeirização em curso, contribuíram para seu aprofundamento. É verdade que houve uma significativa melhora dos termos de troca que levou à valorização de importantes *commodities* brasileiras no mercado internacional. As políticas públicas de expansão do mercado interno impulsionaram o consumo de massas, enquanto as políticas de fomento ao crédito contribuíram para incluir milhões de brasileiros no circuito financeiro (LAVINAS; ARAÚJO; BRUNO, 2017).

Foi nesta conjuntura de expansão e enraizamento da financeirização no Brasil que a educação financeira ganhou projeção. O primeiro passo consistente para a formulação de diretrizes nacionais ocorreu em 2007, com a criação de um grupo de trabalho para a elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Este foi deliberado pelo Comitê de Regulação e Fiscalização

dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização e coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Um segundo grupo de trabalho foi criado em 2009 e ficou sob o comando da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), autarquia ligada ao Ministério da Fazenda (MOREIRA, 2018, p.72).

Em 2010 foi aprovada a ENEF sob a forma de decreto presidencial, deixando muito claro os objetivos da mesma: “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.” (BRASIL, 2010). Portanto aqui já se explicita o papel ideológico da educação financeira, articulando a realidade individual dos cidadãos com o esforço de fortalecimento do sistema financeiro.

A implementação desta política ficaria a cargo de um Comitê Nacional de Educação Financeira integrado pelas principais autoridades nacionais, dentre elas o Banco Central, Ministério da Fazenda, Comissão de Valores Mobiliários, assim como contaria com uma representação da “sociedade civil”. Esta última representação foi instituída em 2011, e contou com a participação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), BM&FBovespa, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) (MOREIRA, 2018, p.72-73). Ou seja, fica evidente que a educação financeira no Brasil é controlada pelas instituições financeiras.

A implementação da ENEF se deu em diferentes frentes. Criou-se um site oficial chamado *Vida e dinheiro*, que continua ativo, para a divulgação da ENEF, de materiais didáticos e cursos. Também se previu a implementação da semana nacional de educação financeira, que em 2019 completou sua sexta edição. Nos anos seguintes criou-se também uma série de programas educativos. A partir de 2014 a ENEF iniciou atividades voltadas para adultos de baixa renda, especialmente beneficiários do Programa Bolsa Família e aposentados do INSS. Também criou um programa de educação financeira para as escolas de Ensino Básico. “O projeto-piloto foi realizado em novecentas escolas, de cinco estados brasileiros, a partir de 2011, tendo alcançado cerca de 3000 escolas de Ensino Médio, em 2016” (MOREIRA, 2018, p.74). Estas atividades contaram com livros didáticos, acessíveis gratuitamente pelo *site*. Nelas observa-se o esforço em relacionar os fenômenos financeiros gerais da sociedade com a vida individual e familiar, destacando o

papel do indivíduo como agente financeiro ativo, consciente das condições em que está inserido e responsável pelas consequências de suas escolhas. Esta não é uma mera opção pedagógica brasileira, afinal estes parâmetros são difundidos internacionalmente pelos países centrais.

Em meados de 2020, a ENEF foi atualizada por novo decreto presidencial (BRASIL, 2020) revelando que o processo segue avançando. Recentemente a educação financeira também foi incorporada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Básico no Brasil como tema transversal. Referindo-se à área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas a BNCC afirma que:

Atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias. Observamos transformações nas formas de participação dos trabalhadores nos diversos setores da produção, a diversificação das relações de trabalho, a oscilação nas taxas de ocupação, emprego e desemprego, o uso do trabalho intermitente, a desconcentração dos locais de trabalho, e o aumento global da riqueza, suas diferentes formas de concentração e distribuição, e seus efeitos sobre as desigualdades sociais. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo (BNCC, 2017, p.568)

Ou seja, o que se vê recentemente é capilarização da educação financeira no âmbito da educação formal, fazendo de cada escola um espaço de difusão e fazendo das crianças e jovens os principais alvos da ideologia que o capital financeiro dissemina no Brasil.



Referências bibliográficas

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976

BNCC. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>. Acesso em: 19 novembro 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm>. Acesso em: 19 novembro 2020.

BRITTO, R. Educação financeira e financeirização do capital. **Actas del VII CIBEM**, Montevideo, p. 7246 – 7253, set. 2013. Disponível em <<http://funes.uniandes.edu.co/18157/1/Britto2013Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 17 novembro 2020.

BRITTO, R. **Educação financeira: uma pesquisa documental crítica**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Programa de Mestrado Profissional em Educação Matemática, Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora, 2012.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 24, p. 41-65, 2009.

CECEÑA, A. La dominación de espectro completo sobre América. **Novos Rumos**, São Paulo, v.53, n.2, p. 156-179, 2016.

CHESNAIS, F. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p.1-44, 2002.

COSTA, J. **O direito ao acesso à educação financeira como forma de inclusão social**: desafios no ambiente da financeirização da economia brasileira. 2019. Dissertação (Mestre em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, 2019.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Capital resurgent**: roots of the neoliberal revolution. London: Harvard University Press, 2004.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LAPAVITSAS, C. Financialised capitalism: crisis and financial expropriation. **Historical Materialism**, Leiden, n.17, p. 114-148, 2009.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; BRUNO, M. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. **Texto para discussão do Instituto de Economia da UFRJ**, n. 32, p. 1-40, 2017. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_032_2017_LAVINAS_ARA%C3%9AJO_BRUNO.pdf. Acesso em: 19 novembro 2020.

LENIN, V. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4a ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MOREIRA, D. **Crise estrutural do capital e o endividamento do sujeito**: a Estratégia Nacional de Educação financeira como instrumento na reconfiguração capitalista. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PAULANI, L. Ciência econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 27-44, 2010.

PAULANI, L. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 237-261, 2013.

SARAIVA, K. Os sujeitos endividados e a educação financeira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017.

SAVOIA, J; A, SAITO; F, SANTANA. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.41, n.6, p. 1121-1141, nov./dez. 2017.

SOARES, F. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da dívida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.

VAROUFAKIS, Y. **O minotauro global**: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.